



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0127.01/2025

O MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 12.461.646/0001-55, com sede Av. São Cristóvão, 215 - Centro - CEP: 62740-000 - Itapiúna\CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.509/0001-88 e no CGF sob o nº 069.20208-7, através da SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E CONTROLE URBANO, neste ato representado (a) pelo(a) Sr. SECRETÁRIO, JACÓ FERNANDES DA SILVA, nomeado(a) pela Portaria nº 008/2025 de 01 de janeiro de 2025, pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, neste ato representado (a) pelo(a) Sr. SECRETÁRIO, JOSÉ RÔMULO ASSUNÇÃO BARROCAS, nomeado(a) pela Portaria nº 003/2025 de 01 de janeiro de 2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS 0127.01/2025 publicada no dia 31/01/2025, Processo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0127.01/2025-PESRP, RESOLVE Registrar os Preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PARA PRESTAÇÃO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E CONTROLE URBANO E SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO DE ITAPIÚNA-CE, especificados nos LOTES 01 e 02, do TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo do EDITAL Nº 0127.01/2025-PESRP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão dispostas em anexo:

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O Órgão Gerenciador será a SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E CONTROLE URBANO, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas o Sr. JACÓ FERNANDES DA SILVA, no seu aspecto operacional.
- 3.2. Além do Órgão Gerenciador, não terão outras unidades participantes para a presente Ata de Registro de Preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento do processo em aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor 4.1.3.

### A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitaçãó da 4.2. adesão pelo fornecedor.

- O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### Dos limites para as adesões

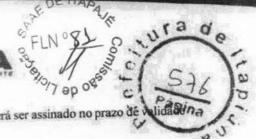
- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

### Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços. 4.8.

### VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validados.

  da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
  - 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário em respeito ao edital.
  - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
    - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
    - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
  - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada pelo gestor da ata e por representantes da(s) empresa(s) adjudicatária(s).
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



ea de

- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do edital item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
  - 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
  - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o indice previstos para a contratação;
    - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 7. NEGOCIAÇÃO DE PRECOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
  - 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
  - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
  - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

de

- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
  - 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
  - 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
  - 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
  - 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
  - 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
  - 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

# 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
  - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.



SFLN 84 C ST9 ST ST9 Pagina S.

- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

# 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2°, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3° e 27, § 4°, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.







- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Itapiúna, 07 de abril de 2025.

JACÓ FERNANDES DA SILVA

SEC. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E CONTROLE URBANO ORGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JOSÉ RÔMULO ASSUNÇÃO BARROCAS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ORGÃO PARTICIPANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OFFICIUM LOCACOES E

SERVICOS LTDA:38080703000140 Assinado de forma digital por OFFICIUM LOCACOES E SERVICOS LTDA:38080703000140

Dados: 2025.04.07 12:21:50 -03'00'

CARLOS VINICIUS PEREIRA FARIAS OFFICIUM LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 38.080.703/0001-40 EMPRESA BENEFICIÁRIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



# ANEXO - ESPECIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES BEENEFICIÁRIOS E DOS ITENS/LOTES DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

RAZÃO SOCIAL: OFFICIUM LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 38.080.703/0001-40

ENDEREÇO: RUA 08, N° 226, PAVUNA, CEP 61.810-360

ELEFONE: (85) 99224-0742

EMAIL: officiumlocacoes@gmail.com

BANCO: BANCO SANTANDER

C/C: 13004264-8

AG: 4172

REPRESENTANTE: CARLOS VINICIUS PEREIRA FARIAS

CPF: 072.689.953-42

ap

O F MAULINAS E VEICULOS I ESANOS - SECNETARIOS	VEICUL	SOL LOS	1	THE PARTY	7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7	The second line of the second li	THE RESIDENCE OF THE PERSON NAMED IN COLUMN NA	CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN COLUMN TWO IS N
THE STATE OF THE S	PSTBADE	SIBR	VI SI	OTBL	OTDE VEICLEOS	A TAITARIO ALICHTO	TOTAL MENSAL	N Bay IN DOL A
RETROESCAVADEIRA COM MOTOR A DIESEL, ATÉ 90 HP COM CABINE FECHADA (MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR PARTE DA CONTRATADA)	HORA	1				R\$ 315,40	t	R\$ 473.100,00
TRATOR DE ESTEIRAS COM LÁMINA E ESCARIFICADOR TRATOR DE ESTEIRAS COM LÁMINA PE ESCARIFICADOR COM MOTOR A DIESEL, PÓTENCIA NO VOLANTE ATÉ 150HP, COM ESCARIFICADOR COM CABINE (MOTORISTA E COMBUSTIVEL, POR PARET DA CONTRATADA).	HORA	-	e i	2000	F	R\$ 427,50	i	R\$ 855.000,00
TRATOR DE PNEU C'TRAÇÃO 4X4 TRATOR DE PNEU CO TRAÇÃO 4X4 MOVIDO A DIESEL ACOMPANHANDO OS SEGUINTES IMPLEMENTOS AGRICOLAS: GRADE HIDRAULICA OU GRADE DE CONTROLE REMOTO, GRADE ARADO, REBOQUE PARA 6.000KG, MADAL, DEBULHADORA PARA MILHO E FEIJÃO (MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR PARTE DA CONTRATADA)	HORA	1	A -	2000	. jej	R\$ 193,53		R\$ 387 060,00
TRATOR DE PNEUS 4X2 COM ARADO TRATOR DE PNEUS 4X2 COM ARADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM	HORA	-		2000	Б	R\$ 149,15	<b>3</b>	R\$ 298.300,00



Au. São Cristóvão, nº 215 - Centro CEP 62.740.000 - Itapiúna-CE. CNP3: 07.387.509/0001-88

4

MAUTIENÇAD PREVENTIVA E CORRESTAVA (MOTORISTE) VEICULO CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA BASCULANTE VEICULO CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA BASCULANTE, CAPACIDADE MINIMA 6M. COM MOTOR DIESEL. BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. COM OPERADOR, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA E	MÉS	-	12	TA E ULO ULO OCTO OCTO OCTO OCTO OCTO OCTO OCTO OC	-	R\$ 7.690,000	
COMBUSTITYEL POR CONTA DA CONTRATADA VEICULO CAMINHÃO UTILITÁRIO TIPO PIPA VEICULO CAMINHÃO UTILITÁRIO TIPO PIPA, COM CAPACIDADE MINIMA PRA 6 000 LITROS, CABINE PARA 03 PASSAGEIROS, COM 02 PORTAS LATERAIS, MOTOR A DIESEL, QUILOMETRAGEM LIVRE, COM MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA. E COMBUSTIVEL POR CONTA DA	HORA	-	*	760	-	RS 118,74	

9

DESCRIÃO OTOL VANDE OBRAS ABSES HORAS VEICLEOS VEICUTO	TOWN	OBRAS	OTBE	OFDL	01.01 VIII-11.08	V. UNITARIO VEICTTO	TOTAL MENSAL	A, TOTAL ANI AL
LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO - APRESENTANDO NO MÍNIMO AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TECNICAS COLETOR DE RESIDUOS SOLIDOS COM COMPACTAÇÃO PELA TRASEIRA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 12 A 15 M EM AÇO COM CORDÕES DE SOLDA PARA EVITAR VAZAMENTOS NA PARTE DE TRAZ DA CAIXA E POSSUI								
COMPARTIMENTO PARA CAPTAÇÃO DE LIQUIDO DRIUNDOS, CARGA COM DISPOSITIVO QUE PERMITA A DESCARGA LATERAL. DO REFERIDO LIQUIDO, OS RESIDUOS SÓLIDOS SÃO DESCARREGADOS POR MEDO DE UMA PLACA EJETORA APÓS A ABERTURA DA TAMPA RASEIRA ARTICULADA NA PARTE SUPERIOR, O ACIONAMENTO DA BOMBA HIDRÁULICA PODE SER FEITO	MÊS	-	12		10	K\$ 25 000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00
NA DIANTERA DO CHASSI DIRETAMENTE ACOPLADO AO MOTOR OU PELA CAIXA DE MARCHA POR MEIO DE TOMADA DE FORÇA ACTONADA PNEUMATICAMENTE DO INTERIOR DA CABINE, CARGA TRASEIRA COM CAPACIDADE DE 12 A 15 Mº DE LIXO SOLTO, ESTRIBO PA CHAPA DE ACO ANTIDERRAPANTE COM					*		18	SFLN°
ALCAS DE SEGURANÇA ECORRIMÃO EM TODA EXTENSÃO DA PORTA TRASEIRA PARA ACOMODAR 04 GARIS. DIREÇÃO HIDRÂULICA, CAMBIO DE 06 MARCHAS MOTOR DIESEL. TRAÇÃO NORMAL 4X2 MOTORISTA E		1 10				, , , ,		St Comission

RS 2,194,902,40

VALOR TOTAL

R\$ 90.242.40

R\$ 91,200,00

R\$ 7.600,00

Au. São Cristóvão, nº 215 - Centro CEP 62.740.000 - Itapiúna-CE. CNP3: 07.387.509/0001-88

d e

8

Página

	NO MINIMO AS SEGUINTES CARACTERISTICAS TECNICAS: CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA CAPACIDADE MINIMA DE 08 TONELADAS CARROCERIA DE MADEIRA COM MOTOR A DIESEL, CARROCERIA MINIMA DE 08 M DE	MÊS		2			D& 14, 108, 10	VII 26W 21 3 d	OMINION SOLISA
	EXTENSÃO EIXO TRASEIRO COM MÍNIMO 04 RODAS, PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO REGULAR EM TODAS AS NORMAS EXIGIDAS PELOS ORGÃOS DE TRÂNSITO MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTATANTE.			2		5	DATE TO LOS OF THE TOTAL OF THE		00°041°04
	CAMINHÃO CACAMBA 6Mº - APRESENTANDO NO MÍNIMO AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CAMINHÃO CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA NÃO INFERIOR A 6Mº - SEIS METROS CÚBICOS, EIXO TRASEIRO COM MÍNIMO 04 RODAS. CAPACIDADE DE BASCULAMENTO DE 45°, PERFETTO ESTADO DE CONSERVAÇÃO REGULAR EM TODAS AS NORMAS EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS DE TODAS AS NORMAS EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS DE CONTA DA C	MÊS	-	12		89	R\$ 8.000,00	RS 24 000,00	R\$ 288,000,00
	TRATOR DE ESTEIRAS COM LÁMINA E ESCARIFICADOR  - COM MOTOR A DIESE, POTÊNCIA NO VOLANTE ATE 150HP, COM ESCARIFICADOR, COM CABINE	HORAS	-	1007	800	10	R\$ 450,00		R\$ 225 000,00
A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	RETROESCAVADERRA - COM MOTOR A DIESEL, ATÉ 90 HP, COM CABINE FECHADA.	HORAS	1		1.000	10	R\$ 332,00		R\$ 332 000,00
	CAVALO MECÁNICO COM PRANCHA 3 EIXOS – ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA. LOCAÇÃO DE CAVALO MECÂNICO (CHP) 360HP COM PRANCHA 6X2 (TRUCADO), OPERADOR POR CONTA DA CONTRATADA COMBUSTIVEL. POR CONTA DA CONTRATADA TOMBUSTIVEL.	HORAS	-	×	300	10	R\$ 539,00		R\$ 161,700,00
	ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE ESTEIRA - POTÊNCIA MÍNIMA (CHP) 130HP, CAÇAMBA DENO MÍNIMO 2,5Mº.	HORA	-		1.000	10	R\$ 430,00	~	R\$ 430,000,00
	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA - POTÊNCIA MÍNIMA (CHP) 125HP, COM CABINE FECHADA.	HORA	-	*	1.000	10	R\$ 539,00	4	R\$ 539.000,00
	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA DE PNEUS-POTÊNCIA MÍNIMA (CHP) 111HP. COM CABINE FECHADA.	HORA	1		800	10	R\$ 500,00	ť	R\$ 250.000,00



Au. São Cristôvão, n° 215 - Centro CEP 62.740.000 - Itapiúna-CE. CNPJ: 07.387.509/0001-88